

# Orçamento de 93 corta gastos em 22%

Ricardo Stuckert



Marcílio, à esquerda, entrega ao senador Mauro Benevides o projeto de orçamento da União para o ano que vem

BRASÍLIA — O orçamento da União para 1993, com uma receita total de Cr\$ 538,2 trilhões (a preços de abril), chegou ontem ao Congresso pelas mãos do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. Devido à queda da receita tributária, a proposta prevê um corte de despesas de 22%. Apesar disso, o Governo não conseguirá evitar um déficit primário nas contas da União de 0,7% do PIB, ou Cr\$ 5,7 trilhões, no próximo ano.

Além do corte de gastos, o que mais chama a atenção na proposta orçamentária é o crescimento do serviço da dívida, de 17,85% para 40,40% do PIB. Isso significa que o Governo gastará com encargos e amortizações da dívida externa e mobiliária Cr\$ 198,3 trilhões (133%) a mais que este ano. O aumento será consequência da decisão do Tesouro de promover um giro mais rápido da dívida, explicou o diretor do Departamento de Orçamento da União, Paulo Fontenele:

— Haverá um encurtamento do prazo de emissão de títulos, o que implicará crescimento do custo da rolagem da dívida.

O objetivo da mudança é redu-

zir o passivo do Banco Central e o volume da carteira de títulos do Tesouro em poder do BC. Com o fim da liberação dos cruzados novos, a dívida interna será menos pressionada, pois o Tesouro liquidou, na sua totalidade, os títulos de série especial (Bônus do Tesouro Nacional e Notas do Tesouro Nacional) emitidos para lastrear a antiga moeda. Por outro lado, crescem os gastos com a dívida externa, agora que o país fechou acordo com os credores.

Se crescem as despesas com o pagamento da dívida, ficam mais restritos os gastos com pessoal e encargos, estimados em Cr\$ 25,3 trilhões, ou 2,9% do PIB, contra 3,8% este ano. Também caem os investimentos, previstos em Cr\$ 13 trilhões, ou 1,51% do PIB, contra 1,7% este ano.

A perda de receita tributária, prevista em Cr\$ 2,5 trilhões, associada à rigidez das despesas vinculadas e de caráter obrigatório, deixa pouco espaço para custeio de capital e investimentos. Nada menos de 32 empresas estatais ficarão sem um tostão do orçamento em 1993, além dos recursos para sua manutenção.

## Recursos a que cada órgão terá direito

ÓRGÃO	RECURSOS
Câmara dos Deputados	577,7 bilhões
Senado Federal	504,9 bilhões
Presidência	7,6 trilhões
Ministérios militares	14,1 trilhões
Ministério da Agricultura	10,9 trilhões
Ministério da Ação Social	4,3 trilhões
Ministério da Economia	10,4 trilhões
Ministério da Educação	8,8 trilhões
Ministério da Justiça	1,1 trilhões
Ministério das Minas/Energia	747,3 bilhões
Ministério da Prev. Social	46,4 trilhões
Ministério Público	201,6 bilhões
Ministério das Relações Ext.	933,9 bilhões
Ministério da Saúde	11,2 trilhões
Ministério do Trabalho	19,6 trilhões
Ministério dos Transportes/Comun.	6,6 trilhões
Encargos previdenciários	8,4 trilhões
Transferências a estados e munic.	24,8 trilhões
Operações oficiais de crédito	10,2 trilhões
Reserva de contingência	5,5 trilhões
Judiciário	206,0 bilhões
<b>Total</b>	<b>538,2 trilhões</b>

FONTE: Ministério da Economia

## Despesas previstas para 93 (em % do PIB)

ITEM	1992	1993
Pessoal/encargos sociais	3,82	2,94
Serviço da dívida	17,85	40,40
Trans. constitucionais	2,78	2,70
Oper. oficiais de crédito	0,77	1,08
Investimentos	1,70	1,51
Benef. da Previdência	3,60	4,00
Seguro-desemprego	0,48	0,47
Diversos	4,00	6,00
Reserva de contingência	0,05	0,67
<b>Total</b>	<b>35,07</b>	<b>59,76</b>

FONTE: Ministério da Economia